

Entrevista

COM a profa. Dra. Maria Margarida Martins Salomão.

POR Begma Tavares Barbosa*

begma@acessa.com

* Dra. em Letras pela PUC/RJ e professora do Colégio de Aplicação João XXIII/UFJF

Maria Margarida Martins Salomão doutorou-se em Linguística pela Universidade de Berkeley (EUA) e atuou como professora na Universidade Federal de Juiz de Fora, da qual foi também reitora por dois mandatos consecutivos. Possui atuação de destaque como pesquisadora na área de Linguística Cognitiva, a partir da qual vem produzindo reflexões valiosas à formação dos professores. Como deputada federal, vem atuando em diversas comissões parlamentares: Comissão de Educação; Comissão Especial sobre a Reformulação do Ensino Médio; Comissão Especial sobre o PL 7420/06 - Lei de Responsabilidade Educacional.

RPL: Há pelo menos 25 anos, Minas Gerais fez a "virada pragmática" no ensino de Língua Portuguesa. Como linguista e professora da Faculdade de Letras da UFJF, você acompanhou de perto esse movimento. Num cenário em que a principal forma de ingresso ao Ensino Superior, o ENEM, afere principalmente, a competência de leitura, como você avalia a questão do ensino de LP hoje? Em que avançamos? Em que falta avançar?

Eu não sou tão otimista quanto você com relação à data da "virada pragmática" no campo da educação. Penso que este marco (o fim dos anos oitenta) possa assinalar esta "virada" no campo dos estudos linguísticos teóricos, um pouco menos na área designada "linguística aplicada". É quando se inicia aí uma (tímida) difusão da teoria dos atos de fala mais o cultivo da perspectiva vygotsky-bakhtiniana na área da educação. O que me parece ter ocorrido em

Minas Gerais por esta época, com a liderança do Professor Antônio Elísio, então na Secretaria Estadual de Educação, foi uma mobilização dos professores para o debate de sua prática, o que os levou à descoberta da linguagem como dimensão formadora do ato pedagógico. Iniciou-se, então, uma discussão, que reputo muito rica e certamente inacabada, sobre o que ensinar na área da linguagem, ocasião que registra uma inflexão pedagógica em favor do ensino de leitura. Esta discussão da relevância da leitura em detrimento dos conteúdos tradicionais está amplamente pacificada nos Parâmetros Curriculares Nacionais, mas não se pode dizer o mesmo sobre a prática dos professores. As agências formadoras pouco pautam o tema da dimensão comunicativa da linguagem no próprio curso de Letras, que prepara os professores para trabalhar nos anos finais da Educação Básica e na Educação Média. O estudo da Pragmática na educação superior assume uma perspectiva muito mais teórico-analítica (do estudo da linguagem) do que uma função de embasamento da atividade pedagógica. Daí que mesmo o consenso em torno da centralidade da leitura na cena pedagógica não implica em metarreflexão sobre a dimensão situada desta atividade. Não é que não se devam assinalar avanços, mas vejo ainda um predomínio da empiria neste campo, até pela pouca familiaridade, por parte dos professores, com relação à grande quantidade dos conceitos teóricos que fundamentam os PCNs na área da linguagem. Acho que o advento universal do ENEM, entre outros benefícios, vai forçar a que se trabalhe com leitura também em outras áreas, favorecendo o reconhecimento da transversalidade deste processo e, possivelmente, a sua natureza sociocognitiva. É provável, então, que esta luta, meio heróica e solitária, dos professores de Português possa ser travada com chances maiores de sucesso. Em qualquer caso, o que me parece inadiável é a revisão da formação dos professores para atuar no ensino de leitura num quadro necessariamente interdisciplinar e atravessado pelas novas tecnologias da comunicação. Ou assumimos esta nova agenda ou falharemos com nossos objetivos.

RPL: Que contribuições a Linguística, ciência a que você se dedicou ao longo de sua vida acadêmica, ofereceu a esse processo?

A meu ver, a grande contribuição da Linguística ao ensino da linguagem é a revelação da natureza sistemática da linguagem como condição constitutiva e criativa da vida humana, elemento de nossa diferenciação como espécie. Esta sistematicidade é relevada na variação sociolinguística, na modulação dos registros comunicativos, na aprendizagem da linguagem, na própria mudança linguística. A dialética entre gramática e uso tem não apenas um caráter estruturante das formas da vida humana, mas, para mim, é objeto de enorme fascinação. Penso que esta fascinação possa ser compartilhada com proveito não apenas pelos professores de Português, mas pelos próprios alunos _ que, ao serem promovidos à condição de analistas de seu próprio uso linguístico, investem-se de uma condição de autonomia intelectual que os emancipará nas diversas condições comunicativas em que viverão as suas vidas. Curiosamente, o advento das redes sociais abre campo para que possamos discutir etiqueta, ética, estratégias comunicativas, a natureza enciclopédica da significação linguística... A oportunidade está aí: para singrá-la é preciso engenho e arte.

RPL: Por incrível que pareça, há ainda resistência a se retirarem os “estudos gramaticais” das aulas de Português, mesmo no Ensino Fundamental. É esse o caso? O que dizer àqueles que ainda apostam tanto na Gramática?

A escola é conservadora. Embora, tematicamente, a escola se coloque na vanguarda da reforma da sociedade, na prática pedagógica Casemiro de Abreu é ainda o grande padroeiro: Ah que saudade que eu tenho/ da minha infância querida... O que, na verdade, não é grande problema. Tomasello mostra, com abundância de exemplos e argumentos, que uma das dimensões mais importantes da cognição humana é a capacidade de dispor de uma " memória social" (sob a forma da vida cultural e da própria linguagem). A tradição gramatical cultivada no Ocidente tem 2500 anos, demonstração de uma extraordinária vitalidade para os nossos padrões históricos; e esta tradição

mescla secularmente reflexão sobre a linguagem e ensino de língua. Penso que o problema não é misturar análise da linguagem e desenvolvimento da leitura e da escrita. O problema que temos a enfrentar é que a análise da linguagem que se quer difundir pedagogicamente precisa ser revista à luz de tudo que descobrimos nos últimos dois séculos: que a linguagem é originariamente dialógica e oral; que a linguagem varia e muda; que a linguagem é uma capacidade sociocognitiva, com contrapartida na materialidade neural... Nada disso está presente na análise morfosintática de uma língua fixa e sem vida que se propaga como "ensino de gramática", ao velho modo. Convenhamos que esta é uma injustiça com a própria gramática, tal como investigada pela linguística nos últimos sessenta anos. Eu mesma sou a favor que o estudo da linguagem na escola tenha uma dimensão reflexiva, analítica: entender, por exemplo, através de comparação, a diferença entre as modalidades falada e escrita da linguagem, tal como expressa pelos diferentes gêneros discursivos. Não é a mesma coisa que quebrar cabeça de menino para entender a diferença entre Adjunto Adnominal e Complemento Nominal...

RPL: O Pnaic, Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, é um importante investimento do governo brasileiro, que responde a um desafio colocado principalmente a nós, que trabalhamos com a linguagem. O que um professor alfabetizador deve saber, sobre a linguagem, para fazer bem o seu trabalho?

Para alfabetizar melhor, é necessário entender minimamente o processo sociocognitivo de aprendizagem da escrita. Há uma vasta literatura sobre o assunto, de matriz sociointeracionista e construtivista, e, agora, as pesquisas vão agregando também informações de ordem neurobiológica (como no livro "Os neurônios da leitura _como a ciência explica a nossa capacidade de ler", de Stanilas Dehaene, traduzido para o Português em 2012 pela Artmed, de Porto Alegre). Duas coisas me parecem inestimáveis: formar professores, sintonizados com estes avanços da pesquisa, e, de outro lado, contar com um acervo de experiências de alfabetização bem-sucedidas, que possam servir de inspiração e ponto de apoio para uma prática mais eficaz.

RPL: No debate em torno da construção de um currículo para a Educação Básica, observamos uma “disputa terminológica”. O termo mais recente é “direito de aprendizagem”, pensado em substituição ao termo “expectativas de aprendizagem”. Por outro lado, observa-se enorme resistência a currículos por competências e habilidades. De que modo esse debate pode nos ajudar a construir currículos mais inteligentes?

Este debate, na verdade, é epistemológico e político. Tem a ver com como se compreende o processo da aprendizagem e seu sujeito. A minha perspectiva é expressamente historicista e pragmatista. Acho que, no fim das contas, Hegel prevalece sobre Kant (e sobre Descartes). Por isso, para mim, as palavras chave são experiência, conhecimento, prática e uso da linguagem. De outro lado, trata-se, sim, de direito à aprendizagem, direito à livre expressão, direito à liberdade. Expectativas de aprendizagem são as de quem vê o processo do outro lado: controlando-o, financiando, avaliando... Direito à aprendizagem é como formula quem reivindica um mínimo de empatia com quem está aprendendo. Eu não apenas sou hegeliana: sou também "tomaselliana" e acredito que o processo de criação do sentido (e de criação da linguagem) é eminentemente interativo.

RPL: Como você avalia o debate político da educação hoje?

O debate político da educação hoje tem como tema central o financiamento. Todos estamos acordes em reconhecer que não haverá educação de qualidade sem o embarque de novas tecnologias (tanto as *hard* como as leves) ao processo educacional. E tudo isso envolve mais recursos: recursos humanos multidisciplinares e qualificados, equipamentos educacionais contemporâneos. Portanto está na hora de aprovar o PNE, com 10% do PIB para a educação, e destinar à educação os ganhos econômicos com a extração dos combustíveis fósseis e do minério: recursos não-renováveis que podem se transformar na maior de todas as riquezas – a riqueza simbólica.